

Convergência 2023

“Ética e ato: posição do analista”.

Anália Meghdessian de Nanclares.

A particularidade que a clínica de nosso tempo imprime em nossa prática torna imprescindível a reformulação acerca da posição do analista a respeito de seu ato. No marco da subjetividade que nos habita, em que ética se sustenta hoje o ato do analista?

Quero acentuar a dimensão lógica da disjunção inclusiva já que, a meu ver, não é possível falar das particularidades que afrontamos por fora do que implica a responsabilidade do analista em relação a seu ato, o que diz respeito a uma ética e uma política que, para a psicanálise, não é outra que a orientada em direção ao sujeito do inconsciente.

Encontro nesta reunião de analistas a oportunidade para retomar e convergir a relevância significativa desses termos, cuja vã circulação podem degradar seu valor.

No contexto cultural deste tempo, incididos pelas variantes do mal-estar que a época imprime, a que estamos nos referindo?

Para isso seria oportuno ter em mente algumas marcas das origens e pensar nas invariantes que dão suporte à nossa tarefa, como as repetições que, sob as diversas roupagens de época que os sintomas revelam, tentam minar esses fundamentos.

Freud assinala de maneira reiterada que a psicanálise se funda em sua distinção da hipnose, do abandono da técnica hipnótica pelo da associação livre.

Não se trata de um mero trajeto. É um ponto de inflexão, uma mudança radical de posição entre o que podemos pensar como a passagem da palavra e do corpo do Outro à palavra e ao corpo próprio. E situar no coração de nossa prática a razão que está na causa da divisão do sujeito. Ponto ao qual se dirige o analista a fim de operar sobre o que se opõe a essa efetuação.

Assim, na travessia da linguagem à palavra os desajustes próprios desse trajeto revelam, por um lado, a não naturalidade de ser um sujeito falante e a inexorável dependência do sujeito em relação ao Outro tendo em vista que o sujeito se funda em uma alienação forçada e necessária para não cair no desamparo absoluto como nos é revelado pelas diversas expressões clínicas.

Porém, ser sujeito da linguagem não garante de fato nem por direito ser sujeito da palavra já que **viver não é equivalente a existir.**

Ética e ato analítico se revestem de um interesse particular na formação dos analistas, interesse centrado na necessária interrogação acerca da legitimidade sobre a qual se fundam no contexto da atualidade.

É em dita direção que proponho pensar a legitimidade do ato analítico e da ética que dela se desprende para a formação do analista, como ***a renovada passagem por esse limite escritural em relação à causa que o torna dividido, que só é proporcionada pela análise do analista, sem a qual não seria possível sustentar viva a pergunta pelo sujeito na transferência. Daqui partimos.***

Cada tempo na formação do analista convida a algumas precisões. Que não há formação final, acabada, que totalize o saber do analista. Que o saber tal como a psicanálise o revela é o saber produzido no ato, delimitado no lugar da verdade. E que dito saber só se atualiza em transferência, dado que o analista como passador do real de sua castração na cena analítica e polo condensador de gozo, engendra a confiança real e necessária para garantir o movimento do “não penso” ali onde era rumo ao ali onde era “não sou”.

É a função desse movimento que situo primeiro do lado do analista, do qual parto para formular a seguinte pergunta.

Qual é o valor de ditas considerações no marco da subjetividade de nossa época?

Nossa época está tingida pelo ceticismo, pela ubiquidade dos valores, pelo afã de sucesso rápido, pela ilusão de que tudo é possível, pelo consumo voraz e pela desesperante necessidade de “pertencer” às custas de “deixar de se pertencer a si mesmo”. A primazia do universal e do pensamento único acima do singular do sujeito em relação a seu desejo.

A falta de tolerância quando não o arrasamento das diferenças que traz consigo, como efeito inevitável, as renovadas versões da segregação. Em outras palavras, a renegação permanente dos traços distintivos e o buraco radical no qual o sujeito se estrutura.

Habitados por esta renovada versão da sugestão, uma nova forma de biopoder criou, através de diversas tecnologias sofisticadas, corpos dóceis afins a veladas formas da alienação em nome de uma liberdade que só conduz ao pior, engendrando obediência devida. **Vive-se, mas não se existe.**

Não se trata de uma renovada versão da hipnose, o sujeito do eu alienado à tela do Outro, a qual nos vemos levados pelo mal-estar na cultura de nossos tempos?

A psicanálise, por ser um elemento mais da árida trama sociocultural a qual estamos fadados a viver, não está isenta dos efeitos subjetivos da época. E é de incumbência ética que nos interroguemos pela incidência que nela promovem os reais de nosso tempo nos quais a dimensão dos gozos e do desejo tendem a se igualar, a função paterna instauradora de legalidade a se diluir e, como corolário, a favorecer a promoção de um vazio cujo único objetivo é manter a dissolução permanente da estrutura.

Essa sorte de falta de discriminação entre o desgoverno dos gozos e a lei do desejo, ***disjunção que a análise deveria inscrever engendrando instância literal entre o gozo e o saber*** dá lugar, há vários anos, às mais variadas manifestações clínicas. O que foi que mudou?

Certamente, o sujeito de nosso tempo não se apresenta com o que poderíamos entender como uma versão clássica da neurose. Não chega se interrogando pela razão de seu sintoma ou pela causa de seu sofrimento já que, bem em sintonia com a época, só é

possível mostrar. E também exacerba até o limite do imaginário uma mostração que, ao revelar a insuficiência de recursos simbólicos necessários e suficientes – para abranger em sua totalidade o real que irrompe em sua subjetividade – apresenta-se em múltiplas fragmentações todo ele, puro dejetivo lançado ao vazio ilimitado das formas mais variadas. Nega, ou melhor, renega – por essa via, precisamente – o que está na causa de sua própria constituição. Desarmado, desapropriado de sua essência dividida, é convocado ao festim do vale tudo.

As tentativas de suicídio nos adolescentes, os atos compulsivos, a violência dos jovens, o tormento psíquico, a humilhação moral, o *bulling*, a ansiedade, a necessidade de se habitar em outro corpo e de se nomear de outro modo, entre outras tantas expressões, são prova cabal dessa estrutura de gozo à qual se deve acrescentar a falta de instâncias sociais em cuja legalidade se possa fazer sustentar uma ordem que restrinja o desborde real ao qual se vê arrastado nosso sujeito em questão.

Essas manifestações clínicas, que pertencem ao campo da linguagem e não participam da ordem do significante, já que ao estarem desafetadas da operação de castração não chegam a ter adequada medida fálica, excluiriam por isso a intervenção de um analista?

Embora essas condições em seu sentido clássico não criem um analista, tampouco o excluem da possibilidade de incidir e operar precisamente aí diante do desenlace dos gozos, por sua presença no real. O limite que tais manifestações apresentam não se equipara ao irrealizável.

Promover, em um primeiro tempo, o reordenamento do desenlace dos gozos, recolocar o sujeito em um marco no qual seja possível inscrever algum não. Rechaço da satisfação paradoxal do gozo que dê lugar – em um segundo tempo – ao desejo é necessário para a delimitação de um argumento e uma ilusão imprescindível para a vida do sujeito. Supor que isso contraria a essência de nosso ato, dirigir o sujeito à castração seria um erro de leitura se não partíssemos da ciência de que para operar, para produzir corte é necessário

especificar as condições entre o sujeito e o Outro. Isso é o que entendo como engendrar instância literal necessária, que permita em outro tempo escriturar, uma e outra vez, a falta entre a satisfação paradoxal que o gozo do Outro imprime e a inevitável lei que o desejo reivindica.

A abstinência não é a resposta para essas circunstâncias. E o analista, por esse tratamento sensível e permanente que lhe é dado pela análise levada a seu limite com relação a “o que é e o que não é” não estaria habilitado por isso a incidir frente ao real clínico de nosso tempo?

Não será essa a ética que regula e ordena os atos do analista hoje?